

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — *Presidente*
Luiz Fernando Ferreira Levy — *Vice-Presidente*

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 6 de janeiro, e fim de semana, 7 e 8 de janeiro de 1995

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

Entulho corporativista

Tem toda a razão o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao afirmar que a obstrução ontem pela manhã, que impediu a aprovação do Senado ao nome do economista Pêrsio Arida para presidir o Banco Central denigre a imagem daquela Casa e, acrescentariam, de todo o Congresso Nacional. Simon está certo também ao chamar a atenção para o fato de que Arida continua, informalmente, no comando do Banco Central nesta hora tão grave para a vida nacional, embora não possa assinar nenhum ato oficial. Com sua acuidade, o senador gaúcho deve igualmente ter percebido que os acontecimentos de ontem na Câmara Alta fazem parte da grande luta que hoje se trava, em várias frentes, entre os piores hábitos de um País que ficou para trás e o Brasil do futuro que já está em construção.

A obstrução é uma prática comum em todos os Paramentos, mas poucas vezes ela terá sido exercida de forma tão chocante em nome de fins tão escusos. Havia 52 senadores presentes na Casa, número mais que suficiente para aprovar a indicação de Arida, já sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Somente 39, porém, compare-

ceram a plenário, 37 dos quais votaram a favor da aprovação, quando eram necessários os votos de 41. Os ausentes reuniram-se no salão do cafezinho para uma triste sessão de piadas.

Ninguém ignora a razão por que os senadores galhofeiros não cumpriram um dos deveres mais importantes para os quais foram eleitos, que é apreciar e decidir se aprovam os nomes indicados para a presidência e a diretoria do Banco Central. Um grupo de senadores, aquela minoria de parlamentares que acaba ditando ordens à maioria, quer pressionar a Câmara dos Deputados a carimbar, como se fora um órgão submisso, o projeto, que já passou pelo Senado, concedendo anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB), condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela prática de crime eleitoral, e que, por extensão, livraria da mesma acusação mais de uma dezena de pais da pátria.

Há quem diga que o Senado não quer

pressionar exatamente a Câmara, mas o governo. Como se o Executivo, para exercer, dentro da lei, a sua prerrogativa de nomear um alto funcionário, tivesse de intervir, fazendo valer seu prestígio, para que deputados em fim de legislatura dessem seu beneplácito ao projeto casuista gestado nos mais espaçosos gabinetes senatoriais. Como se não estivesse perfeitamente claro que o governo não moverá uma palha para que essa chantagem (não há outro termo) venha a se consumir.

Do que não se deram conta ainda os parlamentares que não querem trabalhar, os servidores públicos que só mostram empenho em reivindicar gratificações especiais, os empresários incapazes de empreender sem a muleta de incentivos fiscais, os sindicatos trabalhistas sempre queixosos de perdas salariais e os "lobbyistas" contumazes, é que o País mudou. Por uma razão simples, tão bem expressa na escolha de Fernando Henrique Cardoso para presidir a Nação: o

povo brasileiro não está mais disposto a aceitar passivamente a concessão de privilégios, a encarar benesses como uma sorte grande para uns em detrimento de muitos, a ver as decisões dos tribunais flagrantemente desrespeitadas.

Para o Brasil que está surgindo, o embate político em torno da aprovação do nome de Pêrsio Arida para chefiar o Banco Central raia o grotesco. Em um esforço concentrado, as lideranças do Senado vão tentar obter quórum para uma sessão especial a ser realizada na próxima terça-feira. Se isso novamente falhar, fica tudo para o dia 17, quando os deputados vão examinar o maldado projeto de anistia. E se o rejeitarem? Deixará o Senado de cumprir a sua obrigação?

O País antiquado não há de vencer o País novo. A política de que é dando que se recebe, a complacência do compadrio partidário e as maquinações de bastidores não podem dominar o Legislativo, que traduz a essência da representação popular. Se fomos capazes de varrer o entulho autoritário, varreremos também o corporativismo, que não é senão a outra face da mesma moeda.